

CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NA OBRA CINEMATOGRAFICA DE ADRIAN COWELL: uma Cartografia sangrenta da Amazônia¹

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira²

Resumo

As discussões ora apresentadas são oriundas da pesquisa de doutoramento, intitulada: “A questão agrária amazônica na obra cinematográfica de Adrian Cowell: a década da destruição 1980 - 1990”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, cujo objetivo central é analisar a disputa por terra e território a partir dos documentários do cineasta Adrian Cowell (1934-2011), sobretudo, aqueles que integram a série - A década da destruição e revelam alguns conflitos territorializados na Amazônia Legal brasileira (COWELL, 1990, 2008). Assim, analisa-se a priori um breve quadro geral dos conflitos agrários existentes na Amazônia e, posteriormente, apresenta-se uma interpretação sobre a mesorregião Sudeste do Pará à luz da teoria dos conflitos agrários para cartografar tais conflitos, resistências e alternativas advindas das lutas travadas pelo, sobretudo, campesinato nesses registros cinematográficos.

Palavras-chave: Amazônia, Conflitos, Cinema.

Introdução

Legal,
A Amazônia Legal. O tal capital,
nacional, estrangeiro.

Ilegal, o tal de primeiro,
o índio mateiro, mateiro,
que nunca deu bola nem bolo ao Cabral...;
o tal de posseiro, roceiro,
que vive mal, na zona
Ama-zôn(i)a Legal, Ilegal...

Amazônia Legal Ilegal - Dom Pedro Casaldáliga (1979, p.16)

O presente texto é um excerto da pesquisa de doutorado intitulada “A questão agrária amazônica na obra cinematográfica de Adrian Cowell: a década da destruição 1980 - 1990”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, cujo objetivo central é analisar a disputa por terra e território a partir dos documentários do cineasta Adrian Cowell (1934-2011), sobretudo, aqueles que

¹ Trabalho vinculado às pesquisas: “A questão agrária nos filmes de Adrian Cowell: a década da destruição 1980 a 1990” e “Atlas da questão agrária no Norte de Minas Gerais” realizado no âmbito do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros, com apoio da FAPEMIG.

² Doutorando em Geografia Humana – USP (Bolsista - CAPES). Professor do Departamento de Geociências – UNIMONTES. Pesquisador do Lab. de Geografia Agrária – USP e Coordenador do NEPRA - Núcleo de Estudos e Pesquisadas Regionais e Agrários - UNIMONTES. E-mail: gustavocepolini@usp.br

integram a série - A década da destruição e revelam alguns conflitos territorializados na Amazônia Legal brasileira (COWELL, 1990, 2008).

Assim, analisa-se a priori um breve quadro geral dos conflitos agrários existentes na Amazônia e, posteriormente, apresenta-se uma interpretação sobre a mesorregião Sudeste do Pará à luz da teoria dos conflitos agrários para cartografar tais conflitos, resistências e alternativas advindas das lutas travadas pelo campesinato desde a década de 1980. Como sustentação teórico-metodológica assume-se que o território e a formação territorial através da compreensão histórica dos processos, entendendo-os, ainda, como uma síntese contraditória da luta de classes. Pois, com a mundialização do capitalismo, “[...] mundializa-se também o território que é forjado, em um movimento constante e contraditório. O território construído a partir das relações capitalistas é visivelmente e mundialmente desigual” (BOMBARDI, 2004, p. 49).

A perspectiva do território está, portanto, ligada às relações de poder que movem a sociedade capitalista. No âmbito dessa pesquisa, cabe, portanto, analisar alguns elementos da questão agrária na Amazônia brasileira a partir da década da destruição (1980 - 1990), e também, antes e depois desta década, visto a distribuição e regularização fundiária de algumas áreas para não realizar a reforma agrária (IANNI, 1979, 1979a). Permite contextualizar ainda, os atuais projetos dessa fração do território conquistada pelos camponeses-migrantes na lógica da terra de trabalho e vida.

Nesse cenário, destaca-se a colonização como contrarreforma agrária, ou seja, distribuí-se algumas terras para não distribuir todas as terras arrecadas, leia-se, terras públicas. Dessa forma, existem ainda venda terra para estrangeiros e concessão de recursos internacionais obtidos junto aos organismos financeiros internacionais (OLIVEIRA, 1991). E, mais recentemente, nota-se a regularização fundiária dos latifúndios grilados em detrimento dos assentamentos rurais (OLIVEIRA, 2010, 2010a).

Por isso, os registros cinematográficos de Adrian Cowell e as tabulações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em constante diálogo com a abordagem geográfica dos conflitos no campo, enquanto conflito de classes, permitem atualizar a constante luta pela terra no Brasil, e, sobretudo, na Amazônia, cuja intensificação ocorreu com a Ditadura Militar e segue elevada sob a égide da democracia. Por isso, o quadro metodológico está ancorado na revisão da literatura, transcrição dos documentários, análise de dados qualitativos e quantitativos oriundos da CPT e trabalhos de campo no IGPA – Instituto Goiano de Pré-História e

Antropologia, vinculado à PUC-Goiás, bem como nas áreas filmadas por Cowell no Sudeste do Pará e nos acervos da CPT no Pará e Goiânia.

Assim, um dos desafios dessa pesquisa é utilizar o arcabouço teórico e metodológico para realização dos trabalhos de campo, e, sobretudo, embasá-los como objeto geográfico frente ao vasto material bibliográfico e cinematográfico disponível, os quais permitem refletir sobre a multiplicidade envolvendo a temática pesquisada, bem com as estratégias para ir à campo, considerando os saberes epistemológicos e metodológicos da Geografia, colocando-os em constante movimento com a realidade estudada, ou seja, os conflitos oriundos da ocupação amazônica entre as décadas 1980 a 1990 e seus desdobramentos na atual configuração agrária que será sistematizada na produção cartográfica e também com uma breve análise dos processos judiciais, cujos desdobramentos perduram sob à marca da impunidade, atrelada à contrarreforma agrária.

Os resultados das análises dos documentários e mapeamentos já desenvolvidos, permitem inferir que os conflitos por terra e território estão sobrepostos com outros conflitos de diferentes naturezas, os quais revelam parte das injustiças territoriais envolvendo, sobretudo, os posseiros e camponeses na fronteira amazônica. Dessa maneira, os dados preliminares envolvendo os conflitos, assassinatos e a territorialização camponesa e do agronegócio remetem à síntese contraditória e desigual de um capítulo da questão agrária amazônica, cujo mapeamento ora proposto revela a importância da reforma agrária como uma política de Estado. Tal constatação permite inferir que a década da destruição segue atualizada nessa fração do território brasileiro, e as indicações de Cowell possibilitam uma leitura geográfica condizente com a atuação da defesa da terra e território por parte dos camponeses que seguem em luta mesmo com a sangrenta repressão histórica.

Adrian Cowell: uma saga cinematográfica na Amazônia

Adrian Cowell nasceu em Tongshan - China, em 2 de fevereiro de 1934; estudou na Austrália e na Inglaterra, onde graduou-se em História pela Universidade de Cambridge, em 1955 (COWELL, 1990b). No período de 1955 a 1956, foi com a Oxford & Cambridge Expedition de Londres para Singapura fazer uma série de três programas de 26 minutos para BBC – *British Broadcasting Channel* (Corporação Britânica de Radiodifusão) – intitulada *Traveller Tales* (Contos de Viajantes). No Brasil, Cowell chegou em 1957, com cinco jovens

aspirantes a cineastas que estavam, na verdade, buscando algo mais romântico do que um negócio sério. Mas, para Cowell, tornou-se algo muito maior: o trabalho e o amor de uma vida (COWELL, 1990b). Desde então, Adrian Filmou a Amazônia por mais de 50 anos.

Dentre suas análises, sistematizamos as sinopses dos documentários que integram a – Década da Destruição no Quadro 1. Tratam-se de documentários que remetem aos projetos de colonização, grilagem, desmatamento, terras indígenas, quilombos, Unidades de Conservação, empresas multinacionais, reserva de riquezas naturais, etc, os quais podem ser contextualizados frente às atuais políticas públicas direcionadas para a Amazônia³.

DOCUMENTÁRIO	SINOPSE
O CAMINHO DO FOGO (1984, 52 min.)	Este filme sobre os colonos que estavam se estabelecendo no território dos Uru Eu Wau Wau. Os índios foram dizimados por epidemias e 60 - 80% deles morreram até o final da década de 1980. Contudo, para os colonos, não foi muito melhor. O solo ali era tão ruim que, após seis anos, 60% da terra que eles haviam desmatado e plantado, com tanto entusiasmo, já tinha sido abandonada.
NA TRILHA DOS URU EU WAU WAU (1984/1990, 52min.)	Este filme mostra o primeiro contato com os índios Uru Eu Wau Wau, pressionados pelo desenvolvimento em Rondônia, que atraía cada vez mais lavradores do sul do país para o estado. Impulsionados a penetrarem na floresta, os colonos se aproximavam cada vez mais desta tribo. Nesta conjuntura, o rapto de uma criança branca pelos Uru Eu Wau Wau aumenta o rancor dos colonizadores contra os índios, vistos como uma barreira ao desenvolvimento. Paralelamente, a FUNAI organiza uma expedição para contatá-los, com o objetivo de protegê-los do avanço dos brancos sobre seu território.
NAS CINZAS DA FLORESTA (1984/1990, 52 min.)	A partir da construção da BR 364, e, Rondônia e da 'estrada de penetração' 462, o filme traça um panorama abrangente, apresentado por José Lutzemberger, de como a política do governo brasileiro para ocupação da Amazônia na década de 1980, levou à degradação de enormes áreas de florestas neste estado.
MONTANHAS DE OURO (1988/1990, 52 min.)	Neste documentário, Adrian Cowell analisa a dinâmica econômica, social e ambiental na província mineral mais rica do planeta - Carajás. Os conflitos e contrastes entre a atuação da empresa, dona da concessão, e a dos garimpeiros. A ascensão e queda da produtividade, no garimpo de Serra Pelada, o crescimento exponencial da produção industrial ao longo da década de 80 e o rastro de destruição deixado na floresta ao redor.
CHICO MENDES – EU QUERO VIVER (1989/1990, 40/50 min.)	O filme nos mostra a trajetória de Chico Mendes, líder seringueiro no Acre, em defesa da Amazônia. Com registros feitos entre 1985 e 1988, acompanhamos Chico Mendes na organização dos seringueiros em defesa da floresta, no nascimento da Aliança dos Povos da Floresta, e na luta pela demarcação das primeiras Reservas Extrativistas na Amazônia. O filme mostra, ainda, a trama armada para seu assassinato e as repercussões no Brasil e no mundo.
TEMPESTADES NA AMAZÔNIA (1984, 26 min.)	Enfoca a tese de doutoramento do Dr. Eneás Sallati, (ex-diretor do INPA) discorrendo sobre as questões climáticas da floresta amazônica. Busca saber se a floresta é consequência do clima ou o clima é consequência da floresta. Ele explica como a floresta gera 50% de sua própria chuva. Isto significa que o desmatamento não somente reduzirá a quantidade de chuvas da Amazônia, mas também da região central do Brasil.
FINANCIANDO O DESASTRE PARTE I – COM O COLONO RENATO (1984, 76 min.)	Aborda de maneira crítica a política ambiental do Banco Mundial para a Amazônia, enfocando a devastação feita sob seu financiamento com depoimentos do colono Renato. Mostra como este empréstimo, de meio bilhão de dólares para o Polonoroeste financiou parcialmente a destruição da floresta do oeste da Amazônia, no Estado de

³ Salienta-se que desde de 2008 o acervo de Adrian foi doado para PUC Goiás em Goiânia, e, atualmente integra o acervo do IGPA - Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia.

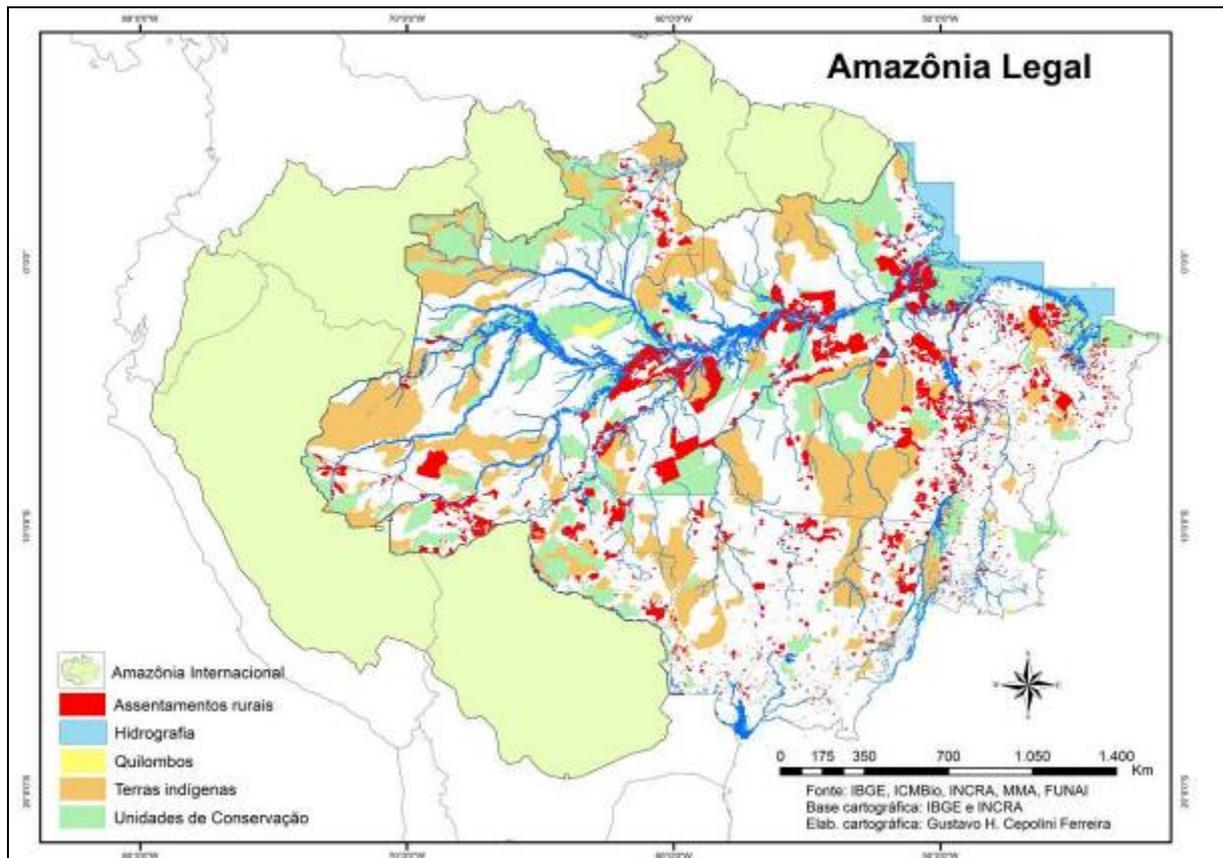
		Rondônia e como o banco foi finalmente forçado a admitir seu erro.
FINANCIANDO O DESASTRE PARTE II – COM JOSÉ LUTZEMBERG (1984, 76 mim.)	O	Aborda de maneira crítica a política ambiental do Banco Mundial para a Amazônia, enfocando a devastação feita sob seu financiamento com depoimentos do ambientalista José Lutzemberger.
FINANCIANDO O DESASTRE PARTE III – COM CHICO MENDES(1984, 76 mim.)	O	Aborda de maneira crítica a política ambiental do Banco Mundial para a Amazônia, enfocando a devastação feita sob seu financiamento com depoimentos de Chico Mendes.
A MECÂNICA DA FLORESTA (1984, 26 min.)		O zoólogo Rob Bierregaard e a botânica Judy Rankin explicam os “mecanismos” da floresta e quantas espécies são interdependentes de outras espécies, para sua sobrevivência.
MATANDO POR TERRAS (1990, 52 min.)		Rodado na fronteira leste da Amazônia, ao longo da rodovia Belém Brasília, em 1986, período em que foram assassinadas mais de 100 pessoas. Grandes fazendeiros, prestes a perder benefícios adquiridos durante o governo militar, contratam pistoleiros para expulsar grupo de sem-terra acampado. Casas queimadas, assassinatos, famílias expulsas: fatos que levam à retaliação dos sem-terra com queimada de pastos e protestos, forçando os pistoleiros a abandonar o local e à partilha das terras por intermédio do INCRA. Contudo, a eficácia de tais medidas só dura até o assassinato de mais dois sem-terra e de uma criança de três anos. Nem mesmo a polícia ousa enfrentar os assassinos e a justiça libera os mandantes do crime por falta de evidências. Uma entrevista com o pistoleiro mais famoso da região, conhecido por ter assassinado mais de 300 pessoas, deixa evidente que a justiça não alcança pistoleiros e latifundiários.

Quadro 1: Sinopses dos documentários da Década da Destruição. Fonte: IGPA.

Por isso, a leitura ora apresentada está ancorada no argumento e no fato de que existem terras públicas na Amazônia e também em outras regiões do país. Nesse contexto, a ausência de políticas públicas verídicas para o desenvolvimento dos assentamentos/reforma agrária, aliada aos interesses dos empreendimentos agropecuários/latifúndios, que necessitam de novas áreas para a expansão produtiva, desmobilizam os movimentos socioterritoriais, ou mesmo, elaboram projetos de colonização como contrarreforma agrária que recriam novas fronteiras; e acirram outros conflitos no campo, sobretudo, com as Unidades de Conservação e Terras Indígenas, que em tese estão no mesmo patamar no tocante a hierárquica constitucional. No entanto, tornam-se instituições, por vezes, distintas e antagônicas no que se referem à regularização fundiária e o ordenamento territorial.

Dessa forma, as análises se concentram na compreensão dos impactos da colonização pública e particular na Amazônia no âmbito da Ditadura Militar. Tais impactos que constam nos documentários de Adrian Cowell, os quais revelam parte dos processos de territorialização dos camponeses-migrantes (colonos) e os conflitos vivenciados na fração de território que disputam.

Assim, pode-se reafirmar que análise dos documentários de Adrian Cowell estão inseridos num momento histórico, materializado pelas contradições do avanço do capitalismo na Amazônia em total consonância com as políticas públicas. E, nesse processo, é necessário compreendermos a tríade: território, agricultura e sociedade, em que se fundamentam essas reflexões. O mapa a seguir indica algumas territorialidades sobrepostos na Amazônia, as quais foram amplamente registradas por Cowell, e revelam uma sangrenta disputa por terra e território nessa importante fração do território brasileiro.



Mapa1: Amazônia Legal e suas territorialidades. Fonte: GHCF

Tais sobreposições fazem com que os conflitos sigam territorializados por toda Amazônia Legal brasileira e internacional. Essa leitura Adrian Cowell revelou na sua obra cinematográfica que muito dialoga com os registros da Comissão Pastoral da Terra.

Martins (1980, p. 61), ao analisar o conflito pela terra no Brasil, indica que: “o próprio capital impôs no Brasil moderno, a luta pela terra, como luta contra a propriedade capitalista da terra. É a terra de trabalho contra a terra de negócio”. Dessa forma, tal contradição fez com que os conflitos, a conflitualidade e o desenvolvimento ocorressem de maneira indissociável,

transformando territórios, reelaborando modelos que possibilitam a recriação do campesinato e a territorialização da agricultura capitalista.

Isso, em partes, explica a recriação do campesinato na luta pela terra, ocupando terras e resistindo ao avanço dessa agricultura capitalista mundializada que, além da concentração fundiária, carrega consigo diferentes pacotes tecnológicos e estratégias que contaminam o ambiente, os alimentos, as pessoas, desmatam e utilizam, muitas vezes, do trabalho análogo à escravidão para sustentar sua robusta modernidade.

De acordo com Fernandes (2004), a conflitualidade é oriunda de um enfrentamento de classes, as quais estão atreladas a modelos distintos de desenvolvimento, ou seja, a agricultura capitalista – agronegócio e a agricultura camponesa. Por isso, deve-se reafirmar que o conflito é uma reação ao processo de exclusão. No tocante à origem etimológica da palavra conflito, salienta-se que: “ela vem do Latim e é composta do prefixo *co* com o verbo *flictum*. O prefixo *co* explicita correlação (de forças); o verbo *flictum* denota choque, embate, oposição de forças” (idem, p. 08).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2015) também propõe uma breve definição de conflito, reconhecendo-o como:

[...] as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2015, p. 13).

A partir dessa breve definição que, sem dúvidas, perpassa pelo conflito de classes, apresentam-se outras secundárias, as quais norteiam o Caderno de Conflitos no Campo Brasil e expõem a situação dos conflitos sociais no campo, ou seja:

- **Conflitos por Terra** são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaquais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc⁴.
- **Conflitos Trabalhistas** compreendem os casos em que a relação trabalho X capital indica a existência de trabalho Escravo, superexploração.
- **Conflitos pela Água** são ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do

⁴ Incorpora também os acampamentos e ocupações.

uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragem, que lutam pelo seu território, do qual são expropriados⁵.

- Por **Violência** entende-se o constrangimento e/ou a destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Essa violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.
- As **Manifestações** são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras da terra que protestam contra atos de violência sofrida ou de restrição de direitos, reivindicando diferentes políticas públicas e/ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas⁶.

A partir desses múltiplos e perenes conflitos territorializados no Brasil, nota-se que temos um confronto entre forças opostas, cujas relações sociais são distintas e em condições políticas e, por vezes, ideológicas adversas,

[...] que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o *empate*⁷. Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não (FERNANDES, 2004, p. 26).

Essa leitura possibilita indicar os caminhos do conflito e da conflitualidade, cujo ciclo é produzido e, sistematicamente, alimentado pelo desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, ou seja, “não há o que separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência” (MARTINS, 1990, p. 177).

Essa aliança terra-capital no Brasil e, sobretudo, na Amazônia, revela, dentre outras perspectivas, a ocupação e a apropriação territorial, consolidando o Estado e a formação de classes. Dessa maneira, os documentários de Adrian Cowell revelam algumas nuances e

⁵ Podem-se mencionar, ainda, os conflitos em tempo de seca, em áreas de garimpo e sindicais. A CPT faz tais registros e os publica “apenas quando é expressiva sua ocorrência, ou quando o contexto em que se desenrolaram indicar a pertinência de uma análise a respeito” (CPT, 2015, p. 14).

⁶ São excluídos dos registros: 1. Casos de violência, inclusive assassinatos, que acontecem no âmbito rural e não tenham relação com conflitos pela disputa, posse, uso ou ocupação da terra, ou pelo acesso ou uso da água, ou na defesa de direitos por trabalhos realizados no campo; 2. Casos de conflitos pela posse, uso ou ocupação da terra em áreas urbanas. Excetuam-se os casos em que a disputa pela terra se dá por comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, etc.) mesmo que se deem em área urbana, pois aquelas defendem um modo de vida rural. 3. Conflitos entre latifundiários ou grandes empresários do agronegócio; e 4. Casos de Trabalho Escravo em atividades urbanas - (São apenas citados na publicação como nota de rodapé) (CPT, 2015, p. 12-3).

⁷ “O termo *empate*, criado pelos camponeses seringueiros do Acre, significa um resultado de um conflito em que ninguém perde e nem ganha. Ao fazerem um empate, impedindo a derrubada de árvores e têm êxito na empreitada, consideram que nem eles, nem a empresa madeireira perdem ou ganham, pois eles estavam garantindo a permanência na terra e impedindo o desmatamento. Com as árvores em pé, todos podem viver da floresta. A floresta, o território, portanto a existência não se negocia” (FERNANDES, 2004, p. 26).

fraturas entre classes sociais tendo como cenário a Amazônia, as quais podem ser brevemente introduzidas a partir das seguintes premissas: *distribuem-se algumas terras para não distribuir as terras* (IANNI, 1979a) e *o PROTERRA, ou a reforma agrária para os latifúndios* (OLIVEIRA, 1991).

Tomando como base essas duas perspectivas elementares sobre a Amazônia, cabe salientar, conforme Oliveira (2001), que, a partir de 1972, a Amazônia concentrou o maior número de assassinatos no campo. E, mais uma vez, revelou que se trata de uma marca constante do campesinato brasileiro – resistências sangrentas para tentar controlar a luta de classes, e a tentativa de aniquilar a decisão da classe camponesa que constrói a reforma agrária.

E, nesse devir, foi identificado que, no período de 1985 a 1989 (Governo Sarney), o campo brasileiro foi o mais violento dos últimos trinta anos, concentrando 705 assassinatos (41,6%) em 3489 conflitos (11,8%) de acordo com os dados da CPT⁸. Essa informação preliminar é muito profícua, uma vez que coincide com a maioria dos documentários de Adrian Cowell. Por isso, reconhecemos que tais dados, por vezes, escondem o rosto, ocultam os olhos e não mostram a história (BALDUÍNO, 2010). Portanto, cabe escancarar os dados estatísticos por meio de uma análise crítica, e, por vezes, propositiva ao assumir a necessidade de uma ampla reforma agrária, que, infelizmente, não ocorreu no Brasil.

Diante disso, pode-se verificar que a série “A Década da Destruição”, de Cowell, procura registrar alguns desses conflitos, cujos assassinatos e impunidade estão escancarados no país e revelam a violência e a barbárie territorializadas no campo brasileiro, especialmente na Amazônia.

Registra-se no período, o montante de 744 assassinatos e 1390 conflitos na Amazônia Legal revela, entre outras perspectivas, a barbárie do avanço do capital na região e as estratégias violentas e arcaicas para sua reprodução. Isso indica a permanência da luta pela terra e território, e, nesse devir, urge reconhecer que “a defesa da terra e do território é a defesa da vida. A defesa da vida não se concebe sem a defesa da terra e do território” (MONTENEGRO, 2010, p. 30).

Tal cenário está respaldado, ainda, pelo fato de que “os conflitos sociais no campo brasileiro e sua marca ímpar a violência, não são uma exclusividade apenas do século XX”

⁸ Foram consultados os Cadernos referentes aos anos de 1985, 1988, 1992, 2010, 2015.

(OLIVEIRA, 2007, p. 135). Essa lógica secular da violação de direitos será analisada a partir dos documentários de Cowell, reconhecendo o cinema como uma prática social, uma vez que:

O cinema, enquanto arte, tem a vantagem de poder usar das várias formas de linguagem pelas outras artes, conseguindo, desta maneira, se comunicar com profundidade e envolvimento. Como em qualquer arte, o cinema exprime, direta ou indiretamente, os valores do autor do roteiro, do diretor, da sociedade e do momento histórico no qual foi realizado (CAMPOS, 2006, p. 01).

Essa abordagem será realizada, sobretudo, em diálogo com a trajetória do cineasta e autor que alicerça a referida pesquisa, ora como ponto de partida, ou seja, com os temas dos documentários e livros homônimos, ora como teoria e prática ao elencar algumas políticas públicas e seus impactos e conflitos territoriais na Amazônia. Nesse sentido, as propostas de Turner (1997), ao tratar o *cinema como uma prática social*, e de Alves (2010), ao elaborar a *Tela crítica e sua metodologia*, cuja síntese resume-se em uma pedagogia audiovisual, possibilitarão a leitura, interpretação e atualização dos documentários, uma vez que são muitas tessituras a serem reveladas sob a égide de um capítulo da questão agrária amazônica que, em tese, carrega consigo inúmeras implicações, as quais podem ser compreendidas através da teoria do conflito agrário.

Tais desdobramentos são atualizadas com a produção cartográfica sobre a Amazônia Legal em constante diálogo com as áreas que Cowell filmou, ou seja, trata-se de uma atualização da sua obra cinematográfica a partir de uma leitura geográfica.

Os mapas apresentados a seguir dialogam com obra de Cowell ao atualizar os dados das áreas filmadas, bem como reafirmam que os conflitos por terra e território continuam latentes em toda a Amazônia brasileira. Trata-se, portanto de conflitos sangrentos que violam direitos humanos e fomentam uma verídica guerra no campo, sob a égide da democracia.

Os mapas 2, 3 e 4 revelam um levantamento em consonância com o documentário síntese da Década da destruição, ou seja, o “Matando por terras” (1990 e 2011), cuja centralidade é no Sudeste do Pará, sobretudo, no Bico do Papagaio. Por isso, os mapas remetem aos assassinatos e ocupações em distintos períodos⁹.

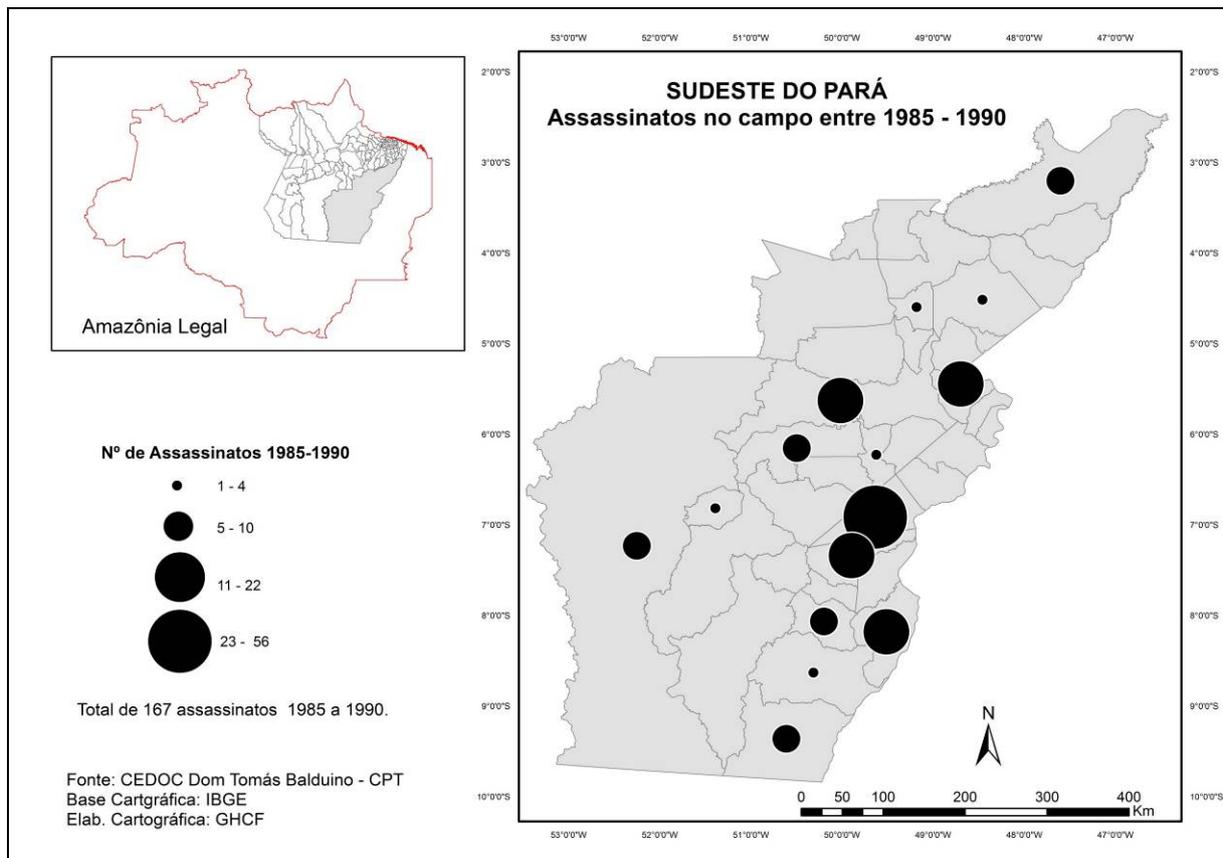
⁹ Salienta-se que do ponto de vista da distribuição cartográfica, as leituras acumuladas sobre a Geografia Agrária indicam a divisão dos dados a partir dos diferentes governos. Optou-se, no entanto, em manter os períodos aglutinados em função dos registros originais de Cowell, uma vez que esses não se limitaram às temporalidades mencionadas.

Na narração do filme, destacam: “De fato até o final daquele ano [1987], 154 trabalhadores e líderes rurais haviam sido assassinados em conflitos semelhantes”. Na sequência apresentam a imagem a seguir:

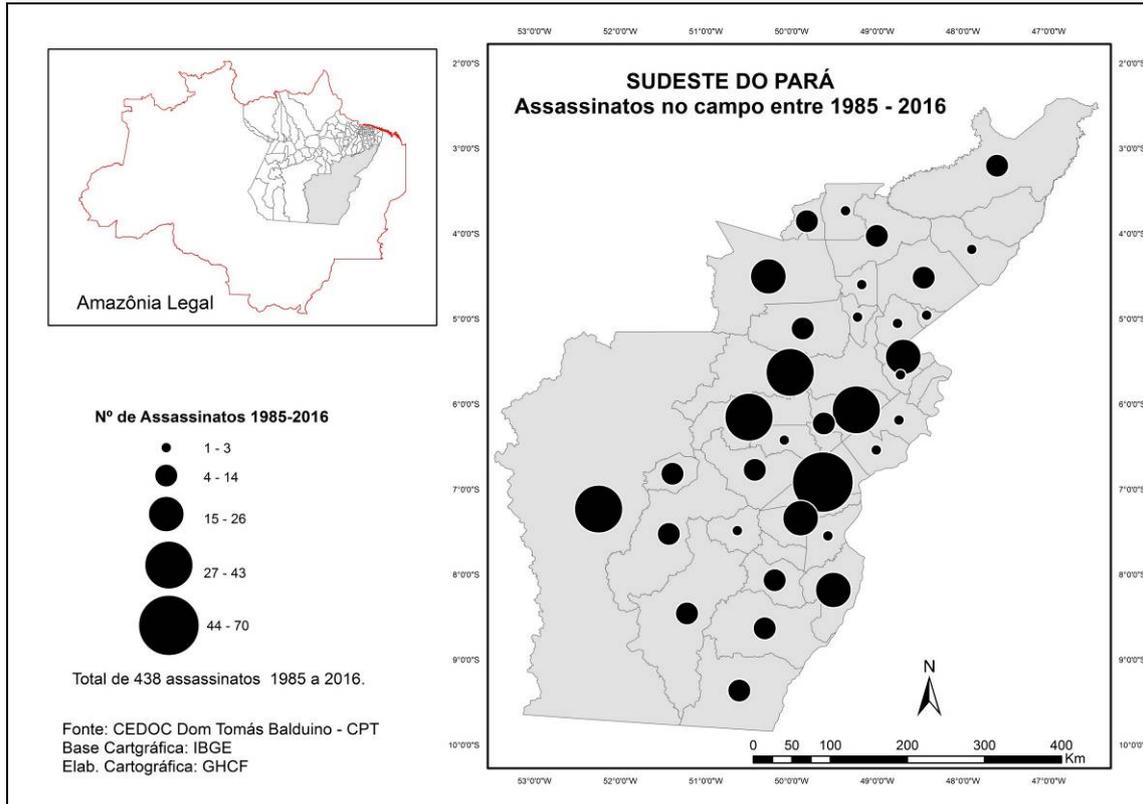


Figura 1: Assassinato no Campo em 1987. Fonte: Doc. Matando por terra (2011)

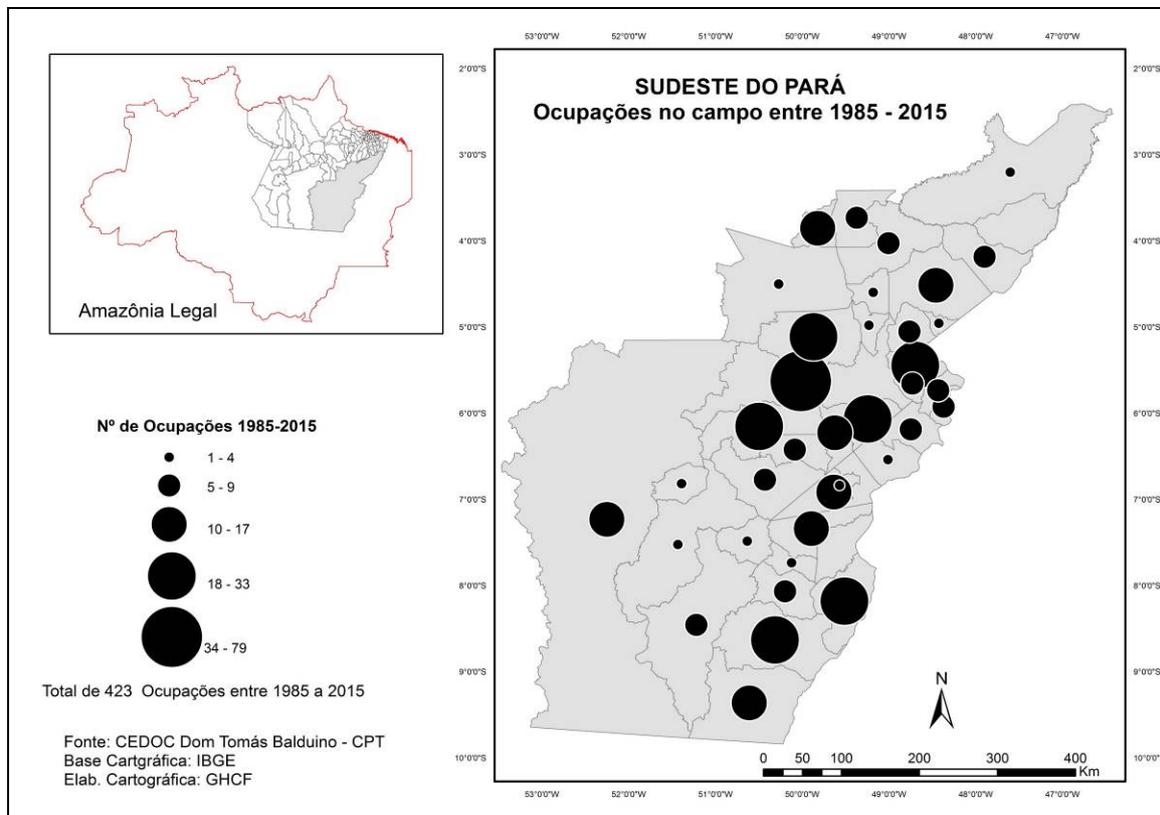
Trata-se de conflitos em todas as regiões brasileiras. Todavia, o destaque para a Amazônia Legal é nitido.



Mapa 2: Sudeste do Pará: assassinatos no campo entre 1985 a 1990. Fonte: CEDOC-CPT.



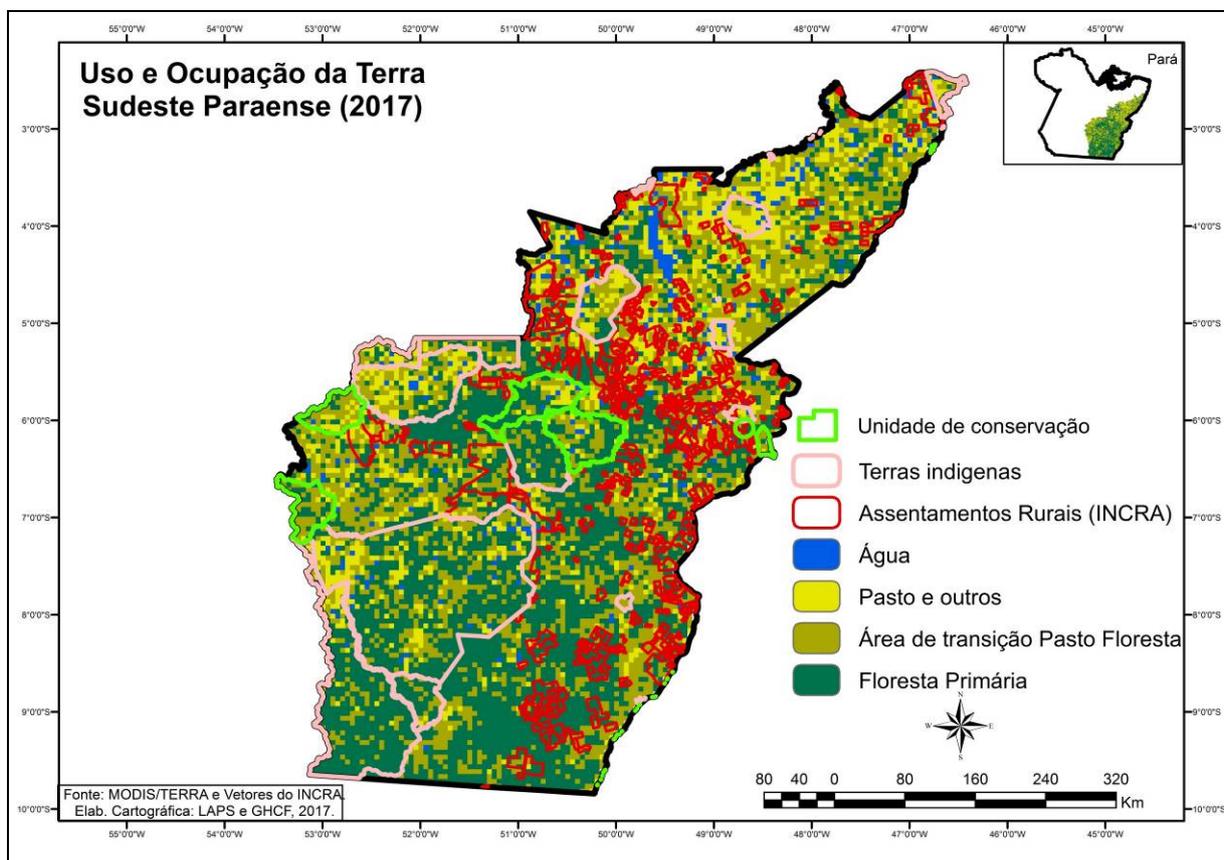
Mapa 3: Sudeste do Pará: assassinatos no campo entre 1985 a 2016. Fonte: CEDOC-CPT.



Mapa 4: Sudeste do Pará: ocupações no campo entre 1985 a 2016. Fonte: CEDOC-CPT.

No mapa e gráfico a seguir, essa mesma região estopim dos conflitos no campo é apresentada a partir das distintas territorialidades (assentamentos rurais, Unidades de Conservação, Terras Indígenas, etc.) em consonância com hidrografia, vegetação e pastagem/agronegócio que se articulam nessa região, ora como fronteira, ora como territorializadas nessa fração do território capitalista e “livre”; uma vez que a disputa pelas terras devolutas seguem eminentes, assim, como os conflitos.

De acordo com o Atlas de Conflitos na Amazônia, existem cerca de 977 conflitos em vigor envolvendo 93.830 famílias somente na Amazônia Legal (CPT, 2017).



Mapa 5: Uso e Ocupação da terra no Sudeste do Pará 2017. Fonte: Modis/Terra e INCRA.

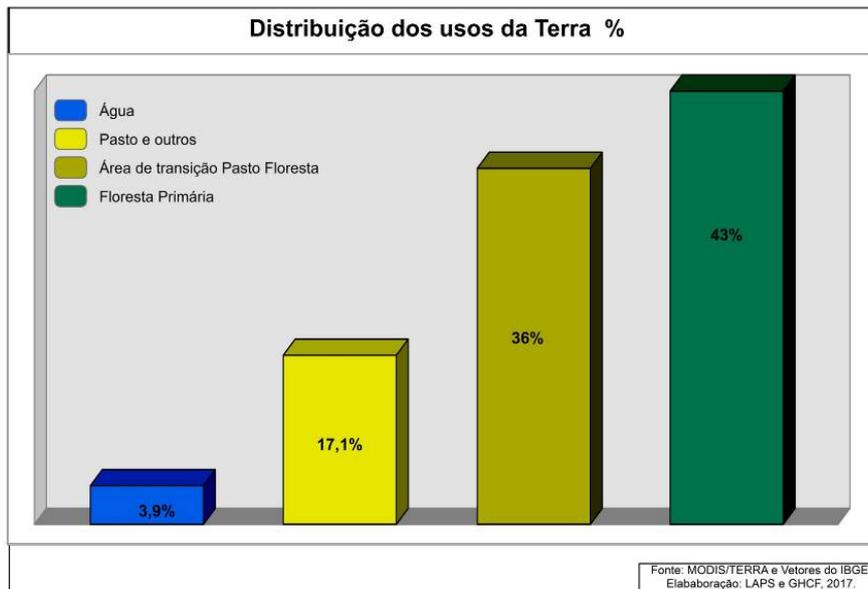
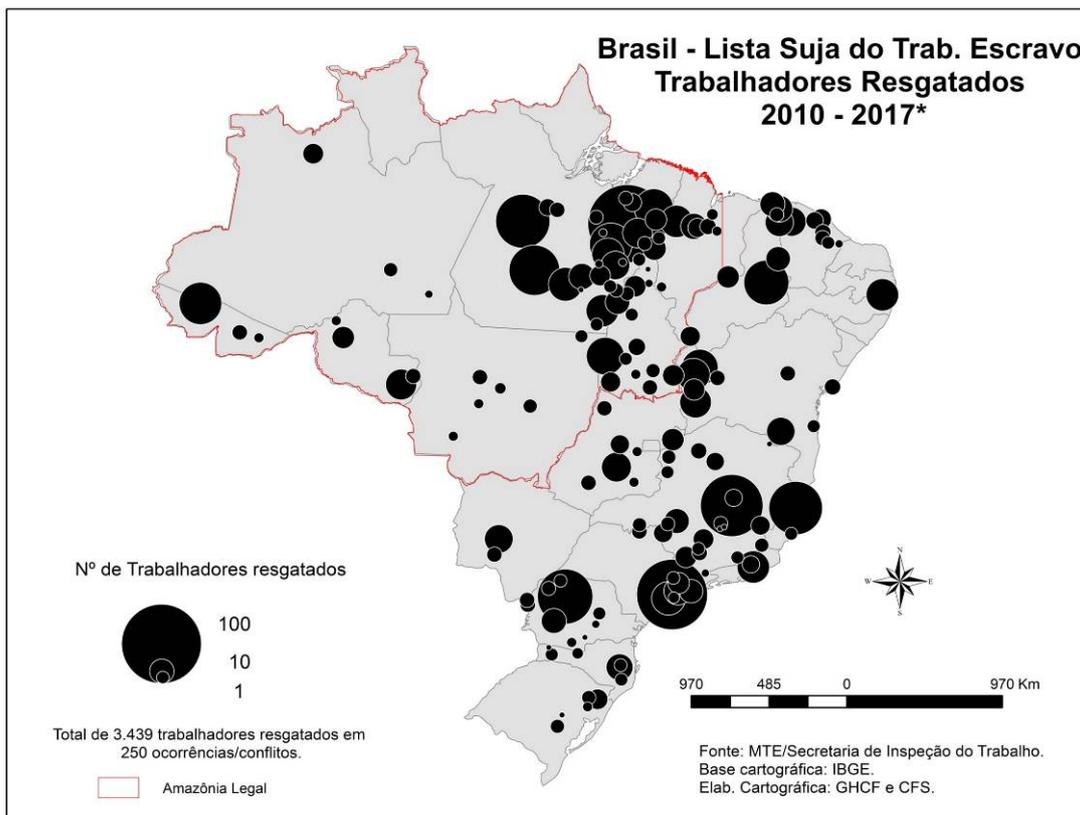


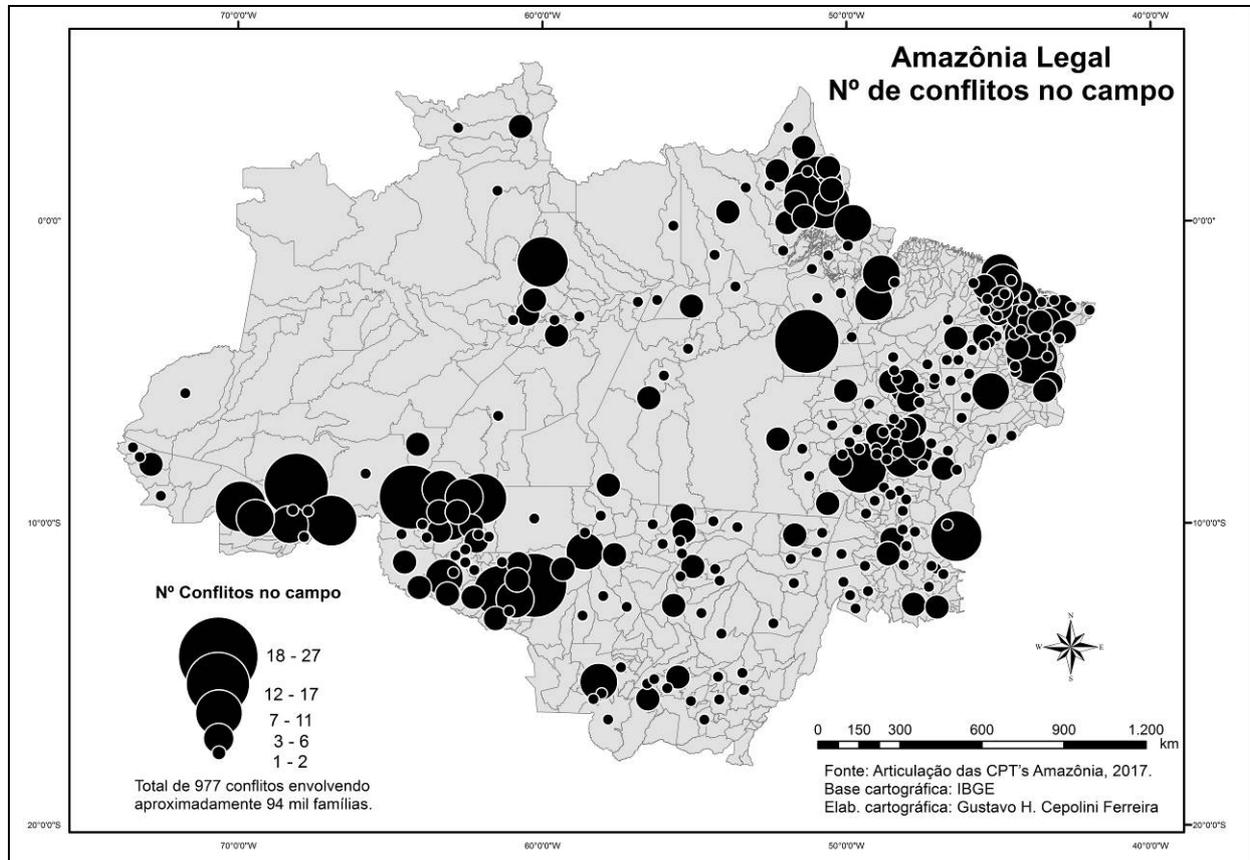
Gráfico 1: Distribuição do usos da terra no Sudeste do Pará %. Fonte: LAPS e GHCF.

Os próximos mapas indicam justamente a questão do trabalho escravo e os diferentes conflitos em vigor na Amazônia Legal.



Mapa 6: Brasil – lista suja do trabalho escravo – trabalhadores resgatados 2000 a 2017.
 Fonte: GHCF e CFS.

Esse mapa revela: 117 ocorrências e 1315 trabalhadores resgatados estão na Amazônia Legal, ou seja, o equivalente há 48% das ocorrências nacionais e 40% dos trabalhadores resgatados conformes os dados da TEM/Secretaria de Inspeção do Trabalho (2017).



Mapa7: Amazônia Legal: nº de conflitos. Fonte: CPT, 2017, p. 25.

No documentário *Matando por terras*, na narrativa final, indicam: “*Apesar disso, milhões de brasileiros pobres e sem terras continuarão arriscando obstinadamente as suas vidas por qualquer pedaço de chão. Eles preferem morrer do que ser expulsos. Como tantos outros antes deles; cada vez mais longe, em direção às profundezas da Amazônia.*” Trata-se de uma liberdade historicamente alijada aos pequenos. Por isso, seguem em luta pela terra de trabalho e vida.



Figura 2: Família adentrando a floresta. Fonte: Doc. Matando por terra (2011)

A leitura dos documentários de Cowell remetem à temática ambiental, bem como a questão dos conflitos e assassinatos no campo brasileiro, tecem um profícuo encontro da questão fundiária e ambiental, marcado pela aliança terra-capital e meio ambiente. Por isso, reitera-se que “não existe latifúndio, sem violência. A violência faz parte da estrutura do latifúndio [...]. A existência do latifúndio é a violência geradora de todas as ações violentas que o acompanham” (BALDUINO, 2014, p.32).

Considerações Finais

As análises dos documentários de Cowell permitem conhecer e aprofundar as contradições do capitalismo, e, sobretudo, auxiliam na leitura do território a partir das contradições no âmbito da questão agrária amazônica, bem como nos seus desdobramentos nas políticas territoriais e ambientais no Brasil.

Nesse sentido, salienta-se que a base dos conflitos ora registrados estão ancorados na existência de terras públicas na Amazônia e também em outras regiões do país, o que em partes permite afirmar que as políticas públicas enfatizam uma contrarreforma agrária no país; aliada aos interesses dos empreendimentos agropecuários/latifúndios, sobretudo, para abertura de novas áreas para a expansão produtiva, desmobilizam os movimentos socioterritoriais, ou mesmo, elaboram projetos de colonização e assentamentos rurais onde e como lhes convém e recriam novas fronteiras; acirram outros conflitos no campo, sobretudo, com as Unidades de

Conservação e Terras Indígenas, que em tese estão no mesmo patamar no tocante a hierárquica constitucional. No entanto, tornam-se por vezes, distintas e antagônicas no que se referem à regularização fundiária e o ordenamento territorial.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Giovanni. **Tela crítica: a metodologia**. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2010.
- BALDUINO, Dom Tomás. Testemunho e profecia. In.: CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2009**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BALDUINO, Dom Tomás. Palavras de Dom Tomás. In: CANUTO, A.; MELO e SILVA, C. P.; ALVES, F. J, F. **Dom Tomás é terra e dignidade**. São Paulo: Expressao Popular, 2014.
- BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.
- CAMPOS, Rui Ribeiro de. Cinema, Geografia e Sala de Aula. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 4(1): 1-22, Junho – 2006.
- CASALDÁLIGA, Pedro. **Cantigas menores**. Goiânia: Projornal – Cooperativa dos Jornalistas de Goiás, 1979.
- CPT. **Atlas de Conflitos na Amazônia**. Goiânia: CPT; São Paulo: Entremares, 2017.
- COWELL, Adrian. **The decade of destruction**. Londres: Headway, 1990.
- _____. **Mostra de filmes: Amazônia segundo Adrian Cowell – 50 anos de cinema**. Goiânia: IGPA, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**, 2004. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/564>>. Acesso em: 10 mai 2015.
- HISTÓRIA DA AMAZÔNIA. **Biografia de Adrian Cowell**. Disponível em: <<http://imagensamazonia.pucgoias.edu.br/biografia.html>>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979a.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. U. de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papyrus, 1991.

_____. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In.: MAGALHAES, João Paulo de Almeida. **Os anos Lula, contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. **O Estado e a Reforma Agrária no Brasil ou... O sonho sonhado junto não virou realidade...** São Paulo: USP, 2010a. (Relatório de Pesquisa).